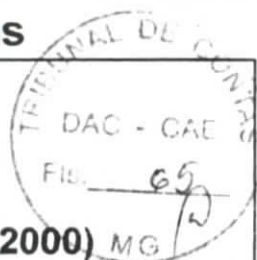


Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

ANEXO I

Demonstrativo dos Gastos com Pessoal Incluída a Remuneração dos Agentes Políticos (Face ao Disposto pela Lei Complementar nº101, de 04/05/2000)



Exercício : 2002

Município : GUANHÃES

04/06/2003 - 11:57:28

Órgão : Serviço Autônomo de Água e Esgoto

I) DESPESA

I-1) DESPESA - ENTIDADE

3.1.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	391.107,39
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	84.717,04

SUB-TOTAL

475.824,43

(-) Inativos com Fonte de Custeio Própria	0,00
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00
(-) Aposentadorias e Reformas	0,00
(-) Pensões	0,00

TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL

475.824,43

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Anexo XVIII (Artigo 72 - LC. 101/00)

Demonstrativo das Despesas de Serviços de Terceiros em Relação à Receita Corrente Líquida

Exercício : 2002

Município : GUANHÃES

31/10/2007 - 11:13:02

Órgão : EXECUTIVO MUNICIPAL

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO DE 1999	EXERCÍCIO ATUAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A)	5.871.789,65	11.659.350,92
DESPESAS		
PODER EXECUTIVO		
Serviços de Terceiros (B)	1.278.462,87	2.469.053,43
PODER LEGISLATIVO		
Serviços de Terceiros (C)	27.279,70	45.441,75
TOTAL (D = B + C)	1.305.742,57	2.514.495,18
COMPROMETIMENTO DOS SERVIÇOS DE TERCEIROS NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (%)		
PODER EXECUTIVO (B / A)	21,77	21,18
PODER LEGISLATIVO (C / A)	0,46	0,39

- 63
P
- Gastos Com Serviços de Terceiros
 - Recursos de Convênios
 - Remuneração dos Agentes Políticos
 - Publicação de Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal
 - Licitações e Contratos
 - Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias
 - Cumprimento do Plano Plurianual
 - Repasse Para a Câmara Municipal
 - Inscrição de Restos a Pagar
 - Alienação de Ativos
 - Operações de Crédito
 - Regime Previdenciário
 - Controles Diversos

1 – Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

1.1 – Balanço Orçamentário

A execução do orçamento do Município de GUANHÃES para o exercício de 2002, a qual foi aprovada pela lei nº 1959/2001, obedeceu o seguinte:

RECEITA

Discriminação	Previsão	Execução
Receitas Correntes	12.454.700,00	11.659.350,92
Receitas de Capital	2.207.300,00	50.000,00
Conta Retificadora da Receita	0,00	-934.361,21
Total da Receita	14.662.000,00	10.774.989,71
Déficit Orçamentário	0,00	0,00
Total Geral	14.662.000,00	10.774.989,71



DESPESA

Discriminação	Previsão	Execução
Despesas Correntes	11.458.200,00	9.804.013,64
Despesas de Capital	3.063.800,00	869.047,89
Reserva de Contingência	140.000,00	0,00
Total da Despesa	14.662.000,00	10.673.061,53
Déficit Orçamentário	0,00	101.928,18
Total Geral	14.662.000,00	10.774.989,71

Na lei de orçamento anual, foi autorizado a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 80%, sendo que na execução orçamentária foram suplementadas dotações no valor de R\$ 6.183.247,15, perfazendo o percentual de 42,17%, estando dentro do limite autorizado pelo Poder Legislativo.

1.2 – Balanço Financeiro

A execução financeira do Município para o exercício de 2002, obedeceu o seguinte:

Receita	Valor	Despesa	Valor
Receita Orçamentária	10.774.989,71	Despesa Orçamentária	10.673.061,53
Receita Extra-orçamentária	2.371.440,13	Despesa Extra-orçamentária	2.450.281,84
Saldo Exercício Anterior	345.781,82	Saldo P/ Exercício Seguinte	368.868,29
Total	13.492.211,66	Total	13.492.211,66

Os balancetes mensais conferem com o Balanço Financeiro, inclusive os Restos a Pagar foram considerados na Receita Extra-orçamentária e na Despesa Orçamentária.

1.3 – Balanço Patrimonial

A seguir é demonstrado a posição patrimonial do Município em 31.12.2002.

TÍTULOS DO ATIVO

Títulos do Ativo	Em 2001	Em 2002
Ativo Financeiro	345.781,82	368.868,29
Ativo Realizável	64.971,74	34.080,43
Ativo Permanente	6.275.729,15	6.507.905,94
Créditos Diversos	2.986.451,59	2.874.399,04
Patrimônio de Autarquias	1.531.884,88	1.531.884,88
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00
Total do Ativo	11.204.819,18	11.317.138,58

TÍTULOS DO PASSIVO

Títulos do Passivo	Em 2001	Em 2002
Restos a Pagar	1.196.503,60	1.211.089,43
Depósitos	275.282,79	150.963,94
Passivo Permanente	1.453.996,40	1.188.548,16
Ativo Real Líquido	8.279.036,39	8.766.537,05
Total do Passivo	11.204.819,18	11.317.138,58

Diante do Balanço Patrimonial apresentado, verificou-se que o Município teve um acréscimo patrimonial na ordem de R\$ 487.500,66, o que consta da Demonstração das Variações Patrimoniais.

2 – Demonstração da Receita Arrecadada nos 3 Últimos Exercícios

Discriminação	2000	2001	2002	% Evol.
Receitas Correntes	8.136.103,81	9.210.824,57	11.659.350,92	26,58 %
Receita Tributária	390.512,44	978.509,80	1.344.991,69	37,45 %
Receita de Contribuições	326,81	1.873,65	0,00	-100,00 %
Receita Patrimonial	102.499,58	76.035,39	60.412,51	-20,54 %
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00 %
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00 %
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00 %
Transferências Correntes	6.977.271,57	7.913.805,96	9.151.949,51	15,64 %
Outras Receitas Correntes	265.493,41	240.599,77	1.101.997,47	358,02 %
Receitas de Capital	21.188,72	26.288,74	50.000,00	90,19 %
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00 %
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00 %
Transferências de Capital	21.188,72	26.788,74	50.000,00	90,19 %
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00 %
Total Geral	8.157.292,53	9.237.113,31	11.709.350,92	26,76 %

Conforme demonstrado acima, verifica-se que a receita do Município para o exercício financeiro de 2002, teve uma evolução da ordem de 26,76 %, se comparada ao ano de 2001, mantendo a previsão constante do anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

3 – Análise da Despesa Realizada nos 3 Últimos Exercícios

Discriminação	2000	2001	2002	% Evol.
Despesas Correntes	7.819.074,86	8.504.055,39	9.804.013,64	15,29 %
Despesas de Capital	821.866,77	506.534,08	869.047,89	71,57 %
Total Geral	8.640.901,57	9.010.589,47	10.673.061,53	18,45 %

Pelo exposto acima verifica-se que a Remuneração dos Agentes Políticos do Poder Executivo, obedeceu a legislação aplicada a matéria.

11 – Publicação de relatórios da LRF

O Poder Executivo do Município, publicou o Relatório de Gestão Fiscal dentro dos prazos estabelecidos, e quanto aos relativos a Execução Orçamentária, foram publicados bimestralmente, conforme o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, no quadro de publicações oficiais da Prefeitura e ainda foram encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais através do SIACE LRF.

Os relatórios da Gestão Fiscal e da Execução Orçamentária foram também enviados à Secretaria do Tesouro Nacional através do preenchimento do SISTN da Caixa Econômica Federal, sendo que estes estão devidamente homologados.

12 – Licitações e Contratos

A Prefeitura Municipal de GUANHÃES, realizou todos os processos licitatórios e contratos para as despesas que assim necessitavam deste procedimento, em observância aos dispositivos da Lei Federal 8666/93.

13 - Metas da LDO

A seguir é demonstrado o comparativo entre as metas previstas na LDO em comparação com o efetivamente realizado no exercício:

RECEITA

Metas da LDO		Execução		Resultado	
Descrição	Valor	Descrição	Valor	Superávit	Déficit
Corrente	13.322.000,00	Corrente	11.659.350,92	0,00	1.662.649,08
Capital	2.207.300,00	Capital	50.000,00	0,00	2.157.300,00
Rec. Retificadora	0,00		-934.361,21	0,00	934.361,21
TOTAIS	15.529.300,00		10.774.989,71		4.754.310,29

DESPESA

Metas da LDO		Execução		Resultado	
Descrição	Valor	Descrição	Valor	Superávit	Déficit
Corrente	11.458.200,00	Corrente	9.804.013,64	1.654.186,36	0,00
Capital	3.063.800,00	Capital	869.047,89	0,00	2.194.752,11
R. Contingência	140.000,00	R. Contingência	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	14.662.000,00		10.673.061,53	3.988.938,47	

Conforme demonstrado acima, verifica-se que o Município atingiu as metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2002.

14 – Cumprimento do Plano Plurianual

Durante a execução do orçamento do Município para o exercício de 2002, foram acompanhadas as metas constantes do Plano Plurianual elaborado para o Quadriênio 2002/2005 aprovado pela Lei Municipal 1960/2001, sendo apurado o seguinte:

Descrição	Previsão	Execução	% Atendido
Despesa Caráter Continuado			
Investimentos			
Total			

15 – Repasse para o Poder Legislativo

Analisado o valor dos repasses efetuados ao Poder Legislativo durante o exercício de 2002, chegou-se aa seguinte conclusão:

Cálculo do Limite Legal

Discriminação da Receita Base de Cálculo	Valor em 2001
- Receita Tributária	978.509,80
- Cota parte FPM	3.582.657,09
- Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	84.938,80
- Cota do ITR	16.094,51
- ICMS Exportação Lei Complementar 87	0,00
- ICMS do Estado	1.604.810,75
- IPVA	347.886,82
- IPI Exportação	32.420,70
- Multas S/Receita Tributária	0,00
- Dívida Ativa Tributária	140.774,95
Total	6.788.093,42
8% do Valor Total da Receita Base	543.047,47
Total do Orçamento do Poder Legislativo p/2002	420.000,00
Valor do Duodécimo	35.000,00



Demonstração do Repasse Efetivamente Realizado

Mês	Valor Repasse	Devolução	Repasse Efetivo
Janeiro	35.000,00	0,00	35.000,00
Fevereiro	35.000,00	0,00	35.000,00
Março	70.000,00	0,00	70.000,00
Abril	35.000,00	0,00	35.000,00
Maio	35.000,00	0,00	35.000,00
Junho	0,00	0,00	0,00
Julho	20.000,00	0,00	20.000,00
Agosto	15.000,00	0,00	15.000,00
Setembro	35.000,00	0,00	35.000,00
Outubro	35.000,00	0,00	35.000,00
Novembro	35.000,00	0,00	35.000,00
Dezembro	105.000,00	0,00	105.000,00
Total	455.000,00	0,00	455.000,00

Diante do demonstrado acima, pode-se verificar que os repasses ao Poder Legislativo durante o exercício de 2002 obedeceram aos limites determinados pela Emenda Constitucional nº 25/2000.

16 – Inscrição de Restos a Pagar

A seguir é demonstrado a Inscrição de Restos a Pagar no Exercício de 2002, comparado com as disponibilidades financeiras.

Discriminação	Valor
Saldo em Disponibilidades	368.868,29
<input type="checkbox"/> Caixa	0,00
<input type="checkbox"/> Bancos	368.868,29
Valores Compromissados a Pagar em 31/12/2002	1.347.467,54
<input type="checkbox"/> Restos a Pagar Exercícios Anteriores	1.196.503,60
<input type="checkbox"/> Depósitos	150.963,94
<input type="checkbox"/> Débitos de Tesouraria	0,00
<input type="checkbox"/> Outras Operações	0,00
Inscrição de Restos a Pagar em 31/12/2002	1.211.089,43
Restos a Pagar Inscritos Sem Disponibilidades Financeiras	842.221,14

No exercício de 2002, foram inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 842.221,14, sem a competente disponibilidade financeira, mas o que não é irregular, pois a proibição de inscrição de restos a pagar além das disponibilidades, só deverá ser verificada ao final do mandato, que ocorrerá em 31.12.2004.



17 – Receita Com Alienação de Ativos

Não foram realizadas receitas com a alienação de ativos do Município.

18 – Receita Com Operações de Crédito

A Prefeitura Municipal de GUANHÃES não realizou Operações de Crédito durante o exercício financeiro de 2002, nem mesmo Antecipação de Receita Orçamentária-ARO.

19 – Regime Previdenciário

O Regime previdenciário da Prefeitura Municipal de GUANHÃES, é o Regime Geral do INSS, o qual estão vinculados todos os Servidores e Agentes Políticos.

Ao final do exercício de 2002, foi verificado que a Prefeitura vem fazendo todos os recolhimentos ao INSS e também entrega regularmente a GFIP, tanto que está de posse da Certidão Negativa de Débito e a Certidão de Regularidade Previdenciária.

Também foi verificado que existe um parcelamento de dívidas junto ao INSS, o qual vem sendo pago regularmente, uma vez que é debitado automaticamente nas transferências do Fundo de Participação do Município.

20 – Controles Diversos

O Órgão de Controle Interno verificou a necessidade de implantação de vários controles no Município, sendo que algumas já foram implementadas e outras vêm sendo concluídas, como por exemplo:

- Controles Funcionais de Servidores;
- Controle de Almoxarifado;
- Controle de Diárias de Viagem;
- Controle de Frotas e etc.;

Conclusão

Mesmo com a carência de informações e treinamento do Órgão de Controle Interno, entendeu-se que o acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município, obedeceram as normas constantes da legislação em vigor.

Diante do Trabalho realizado e respeitado as limitações do pessoal envolvido, pode-se afirmar que o Controle Interno não verificou a existência de qualquer ato ilícito, o que não impede de ter ocorrido, somente não foi do conhecimento deste Órgão.

É o que tinha a relatar. S.m.j

Prefeitura Municipal de GUANHÃES, 15 de março de 2003

Órgão de Controle Interno
Sr. (a) Regina Lúcia Pires Reis e Reis
C.P.F. nº 472.981.546-72